

# Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

## Bancada feminina repudia estupro coletivo

Com o auxílio de um megafone e portando faixas e cartazes, senadoras e deputadas marcharam ao lado de representantes de entidades femininas, na tarde do dia 1º de junho, contra atos de violência sexual ocorridos no Rio de Janeiro e no Piauí.

Elas entoaram palavras de ordem no trajeto entre os plenários do Senado e da Câmara dos Deputados para chamar a atenção da sociedade e pedir ações imediatas pelo fim das violações sexuais que vitimam grande número de meninas e adolescentes em todo o Brasil.

O resultado imediato da iniciativa foi a aprovação pelo plenário do Senado na tarde do mesmo dia do PLS 618/15, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher, relatado pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

O texto enviado à Câmara dos Deputados (PLC 5452/16) recebeu apoio de todos os partidos e aumenta a pena nos casos de estupro praticado por duas ou mais pessoas. A proposta ainda tipifica a transmissão de imagens pela Internet como ato criminoso.

As parlamentares divulgaram Moção de Repúdio no dia 27 de maio assinada pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, a Procuradoria da Mulher



Senadoras e deputadas manifestam-se no Salão Verde da Câmara contra a cultura do estupro

e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados e a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Mulheres da Câmara.

A Moção conclama a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro e do Piauí a apurar os fatos e punir com rigor os agressores: “Esse crime hediondo não pode ficar impune. O Brasil não tolera mais a banalização dos estupros coletivos. Essa prática é humilhante e deve ser punida com rigor”, afirma o texto.

Simone Tebet divulgou a criação no mesmo dia de Subcomissão Permanente Mista de Combate ao Estupro e demais casos de Violação Sexual contra Mulheres, a ser composta por três deputadas e duas senadoras. Segundo ela, as parlamentares poderão fazer diligências aos estados e acompanhar de perto as investigações.

Vanessa Grazziotin ressaltou a presença de senadoras e deputadas nas manifestações organizadas por entidades femininas em todo o Brasil. “Os belíssimos atos em todas as capitais ocorridos na última semana mostram que as mulheres não são mais seres contemplativos. A cada dia sempre e mais elas saem às ruas, com flores nas mãos em luta e não se conformam em aceitar abusos e violações fechadas no ambiente doméstico. O caminho das conquistas nos aponta o empoderamento da mulher na política, nas oportunidades de trabalho e em todos os lugares em busca da justa igualdade com os homens”, afirmou.

A moção de repúdio pode ser conhecida em: <http://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/destaques-noticias/mocao-de-repudio-estupro-coletivo>



Parlamentares aprovam criação de Subcomissão Permanente Mista de Combate ao Estupro

Com mediação da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e participação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o encontro com especialistas debateu a realidade de meninas que engravidam com idades entre 11 e 17 anos e enfrentam adversidades do ponto de vista da saúde física, emocional e mental e ainda encaram consequências de insegurança no ambiente familiar, educacional e de formação profissional.

O encontro na manhã do dia 31 de maio, no Plenário 9 do Senado, apontou a desigualdade racial e de renda como aspectos importantes a serem considerados, como afirmou Thereza de Lamare, coordenadora-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde: “a probabilidade de ser mãe aos 14 anos é 60% maior entre adolescentes negras, mais comum nos municípios mais pequenos e de baixa renda, onde 22% das adolescentes grávidas de 10 a 19 anos realizaram menos de 4 consultas de pré-natal”, ressaltou.

Entre os impactos da gestação na adolescência não planejada estão: baixo peso, prematuridade, abandono, violência e baixo acesso à saúde e educação. Uma forma de amenizar a situação é investir em métodos contraceptivos, como atestou Luís Carlos Sakamoto, médico assistente do Centro de Referência da Saúde da Mulher, Hospital Pé-



Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) coordena mesa de debates

rola Byington de São Paulo, que apresentou em detalhes os benefícios dos LARC, métodos contraceptivos de longa duração.

Dhara Souza, professora da Fundação Educacional do DF, destacou como dificuldade a resistência dos professores em tratar da questão em sala de aula. “Ainda é um tabu, apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação autorizar a orientação sobre sexo e DSTs e Aids aos adolescentes”, constatou.

Gabriela Mora, oficial de Programas do Unicef e especialista em cidadania dos adolescentes, fez um apelo para que a voz dos jovens seja trazida ao debate. Ela reproduziu falas colhidas em recente oficina e lembrou que muitas vezes essa fase da vida mostra uma trajetória de traumas, razão que leva a sociedade, o estado e a família a refletir

sobre o tema. Segundo ela, é uma fase em que marcada por três processos principais: construção da identidade, conquista da autonomia e a capacidade de interação. Algumas frases de adolescentes gestantes: “Queremos homens mais presentes e mais responsáveis na gravidez”; “Às vezes somos tratadas como um problema e como se a gravidez fosse uma doença”, declararam as jovens.

Também estiveram presentes; Esther Villela, coordenadora-Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde; Haydee Padilla, representante da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e Walter Gomes, representante da Coordenadoria da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O programa da Rádio Senado sobre o tema irá ao ar no dia 10 de junho, às 8h30.

## Campanha beneficia mulheres da Casa Abrigo do DF

Iniciativa de servidoras e de servidores do Senado, a campanha de doação *Com que bolsa eu vou?* arrecadou 155 kits com bolsas e itens de higiene-

ne pessoal e beleza, além de 240 peças de vestuário feminino.

A equipe da casa destinada a acolher mulheres em situação de risco de vida

recebeu as doações na sala da diretoria-geral Ilana Trombka, no dia 29 de abril. De acordo com ela, a participação ativa do Senado em apoio às causas sociais é um dos compromissos da atual gestão.

Lúcia Bessa, subsecretária-adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF, atestou: “A campanha não é uma simples ação beneficente, mas uma doação de dignidade e cidadania. Estamos dizendo a essas mulheres que elas têm importância para a sociedade”, afirmou.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a campanha foi uma ação prática, de benefício direto e imediato. “O corpo de servidores está de parabéns e espero que esta seja a primeira de muitas ações possíveis de proteção às mulheres em situação de violência do Distrito Federal”.



Vanessa Grazziotin, Ilana Trombka, Lúcia Bessa e servidoras do Senado e do GDF

## Bem-vinda à Bancada Feminina!

Jane Araújo/Senado Federal



**A** senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) retomou suas atividades no Legislativo em 18 de maio, após chefiar por um ano e quatro meses o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

“É um prazer voltar a esta Casa, que, de fato, é a minha Casa, para a qual fui eleita pelo Estado do Tocantins”, disse a senadora em seu primeiro discurso após o retorno ao Parlamento. “Fico muito feliz de poder restabelecer a bancada feminina”.

Kátia Abreu vem abrindo caminhos para as mulheres na política: foi a primeira mulher a assumir o Ministério da Agricultura, primeira presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e primeira senadora eleita pelo Tocantins.

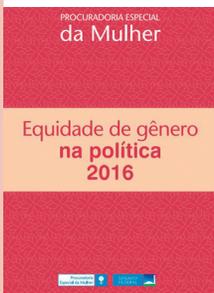
## "Elas representam você"

**A** edição de maio da revista *Marie Claire* publicou matéria com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado e a deputada Dâmina Pereira (PSL-MG), coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados.



Vale conferir em: <http://bit.ly/20VC66c>

## DataSenado lança pesquisa



**O**TSE e o DataSenado realizaram pesquisa de opinião, em parceria com a Procuradoria da Mulher e a Ouvidoria do Senado, para investigar a experiência de

**candidatas e candidatos nas eleições de 2012 e 2014.**

O objetivo da sondagem foi identificar fatores que influenciam a baixa representatividade da mulher nos cargos eletivos no país e que poderão influenciar nos resultados do próximo pleito municipal, em outubro.

Confira a pesquisa no link: <http://bit.ly/1Y3cFkk>

## Grupo Mulheres do Brasil visita ProMul

**R**epresentantes do Comitê de Políticas Públicas e Privadas do grupo Mulheres do Brasil foi recebido no dia 31 de maio pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher.

Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza, estava ao lado de líderes do grupo com cerca de 1.300 mulheres, criado em 2013, que é suprapartidário e veio oferecer apoio a iniciativas legislativas nas áreas de combate à violência e em favor do aumento da participação política das mulheres para construir uma sociedade mais inclusiva, mais democrática e mais justa.

Para a senadora Vanessa, “é muito bem-vindo o apoio do grupo a estas causas, sobretudo na luta pelo exercício pleno da cidadania da mulher e sua participação nos espaços de poder”

Trajano informou que a intenção do Comitê é ter um trabalho de impacto e trans-

formador, articulado e concebido por mulheres, garantindo a essas que suas vozes sejam ouvidas nos mais variados temas e espaços.

Entre as frentes de trabalho do grupo estão a Reforma Política; o plano nacional de desenvolvimento e regulação do artesanato; o equilíbrio profissional e pessoal da mulher que trabalha fora do ambiente doméstico e o planejamento familiar com foco nas meninas e adolescentes.

Saiba mais em: [grupomulheresdobrasil.com.br](http://grupomulheresdobrasil.com.br)



Marcelo Favaretti

## ONU Mulheres ganha destaque na mídia

**O** jornal *Correio Braziliense*, na edição do dia 29 de maio, publicou a entrevista “Preocupação internacional”, com comentários e reflexões da representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, sobre os casos de estupro coletivo que chocaram o Brasil na última semana.

A médica afirma que “a cultura do estupro é fruto da construção de uma sociedade machista e sexista em que o homem é formado com a ideia de que é superior e isso

faz com que ache que tem direitos sobre as mulheres, inclusive sobre o corpo delas”.

Na entrevista, ela divulgou dados que apontam 50 mil casos de estupro notificados por ano no Brasil e esclarece que tais números podem ser maiores, porque as mulheres têm medo de denunciar.

A Onu Mulheres do Brasil é parceira da bancada feminina do Congresso Nacional e apoia iniciativas legislativas de combate à violência contra a mulher.



Acesse: <http://bit.ly/1VC2cf8>



**N**este mês de maio fomos abalados pela notícia trágica de que mais dois casos de estupros coletivos ocorreram no Brasil. Em Bom Jesus do Piauí, uma menina de 17 anos foi violentada por cinco moradores daquela cidade. No outro caso, no Rio de Janeiro, uma garota foi estuprada por 33 homens.

Os dois crimes despertaram revolta na opinião pública e sua ampla divulgação mostrou que, assim como acontece com a ponta de um iceberg, a realidade submersa, escondida na dor das vítimas e no silêncio

zido para dentro das famílias e das escolas para que haja igualdade entre gêneros. Sonho com o dia em que homens e mulheres, rapazes e moças, meninos e meninas se relacionarão de forma respeitosa, fraterna, livre de qualquer forma de violência ou subjugação. Para isso, o debate precisa deixar de ser pauta feminina e passar a ser pauta de homens e mulheres e estar presente em todos os ambientes.

*\*Senadora Regina Sousa*

da sociedade, é ainda mais terrível: somente em 2015, quase 23 mil mulheres e meninas foram vítimas de estupro no País. A cultura do estupro está instalada no País e culpar a vítima virou o mote dos que não conseguem explicar tanta selvageria.

Tenho afirmado que o estupro é um crime que atinge não apenas a mulher, mas toda a humanidade. O estupro é violência física, moral, emocional, espiritual e psicológica. É fruto de uma cultura de degradação da figura feminina, de dominação do homem sobre a mulher, de transformação desta em seu objeto de consumo.

É preciso punir os agressores com todo o rigor da legislação. Mas além disso, precisamos fazer com que a revolta da sociedade se transforme em mudança de comportamento e de atitude para que a violência de gênero deixe de ser aceita como "normal".

O debate que agora aflorou precisa ser trazido para dentro das famílias e das escolas para que haja igualdade entre gêneros. Sonho com o dia em que homens e mulheres, rapazes e moças, meninos e meninas se relacionarão de forma respeitosa, fraterna, livre de qualquer forma de violência ou subjugação. Para isso, o debate precisa deixar de ser pauta feminina e passar a ser pauta de homens e mulheres e estar presente em todos os ambientes.



Artigo

**A 4ª. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**

**E**ntre os dias 10 e 13 de maio de 2016 aconteceu a 4ª. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em meio, portanto, a um contexto político conturbado, em decorrência do processo de impeachment aberto contra a primeira mulher presidenta do Brasil.

A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres é um exemplo vivo de democracia participativa, envolvendo o diálogo com as mulheres, representantes da sociedade civil e Estado, dos diferentes entes federativos, com cerca de mais de 150 mil pessoas nos debates e 2,5 mil cidades nas conferências municipais e intermunicipais. Nesta 4ª. edição, buscou-se garantir a participação das mulheres mais invisibilizadas, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais de matriz africana e ciganas. É um espaço de intensa participação das mulheres na construção e fortalecimento de políticas prioritárias que devem integrar as agendas públicas para a redução do persistente quadro de desigualdades de gênero existente



em nosso País, especialmente, a baixa participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, autonomia econômica das mulheres e enfrentamento da violência contra as mulheres.

Diversas pesquisas dão conta de que as desigualdades em geral, notadamente gênero e raça, impactam o PIB, ou seja, a produção de bens e riquezas do país. Assim, se o crescimento econômico e social do país é almejado, não há como relegar a segundo plano o combate às desigualdades de gênero e raça. As mulheres, na 4a. Conferência, elegeram as prioridades, cabe aos governos garantir o orçamento e a autonomia para a execução.

Mais informações sobre a Conferência em <http://www.spm.gov.br/4cnpm/>

*\*Maria Terezinha Nunes - gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no Senado Federal*